

PLANO OPERACIONAL

2026



STJ

Secretaria de
Auditoria Interna



PLANO OPERACIONAL

2026



STJ

Secretaria de
Auditoria Interna



Expediente

1ª EDIÇÃO

Novembro de 2025.

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

DISPONÍVEL EM

<https://transparencia.stj.jus.br/auditoria-interna/planos-de-auditoria/>

CONTATO

auditoria@stj.jus.br
Telefone: 3319-9693

SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Ana Paula Santana da Silva

ELABORAÇÃO**Gabinete da Secretaria de Auditoria Interna**

Agma Cristina Santos Saraiva Castello
Jéssica Fernandes de Oliveira

COLABORAÇÃO**Coordenadoria de Auditoria de Aquisições e Contratações**

Diocesio Sant'Anna da Silva

Coordenadoria de Auditoria de Pessoal

Rejane Ribeiro Mangabeira

Coordenadoria de Auditoria de Governança Institucional e de Gestão

Eduardo Martins dos Santos

Coordenadoria de Auditoria de Tecnologia da Informação

Wadson Sampaio Pereira

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Secretaria de Comunicação Social
Coordenadoria de Múltiplos Meios



Apresentação

Nos últimos anos, a Auditoria Interna, cujo negócio é “prestar serviços independentes e objetivos de avaliação e consultoria, criados para agregar valor e melhorar as operações da organização, tem se tornado um recurso fundamental ao apoio à governança institucional, uma vez que contribui para o avanço na eficácia do sistema organizacional.

Nesse sentido, a Secretaria de Auditoria Interna (AUD) do STJ envida esforços para aprimorar o processo de planejamento dos serviços prestados às unidades auditadas, com o intuito de traduzir, na prática, as ações a serem executadas.

Assim, com o objetivo de dar conhecimento à Alta Administração e divulgar, para todo o Tribunal, os trabalhos que serão realizados no próximo exercício, apresenta-se a programação para o ano de 2026. O documento atende as exigências da Resolução CNJ n. 309, de 11 de março de 2020, seção IV, a qual define as diretrizes técnicas relativas ao Planejamento das Auditorias.

Este plano operacional elenca o rol de iniciativas das atividades de auditoria interna (auditorias, auditorias nas contas anuais, análises mandatórias, monitoramentos e consultorias em auditoria), das ações de gestão (relacionadas às ações estruturantes para alcançar as metas estabelecidas nos indicadores de desempenho da unidade), bem como das capacitações previstas para o período. ●



Sumário

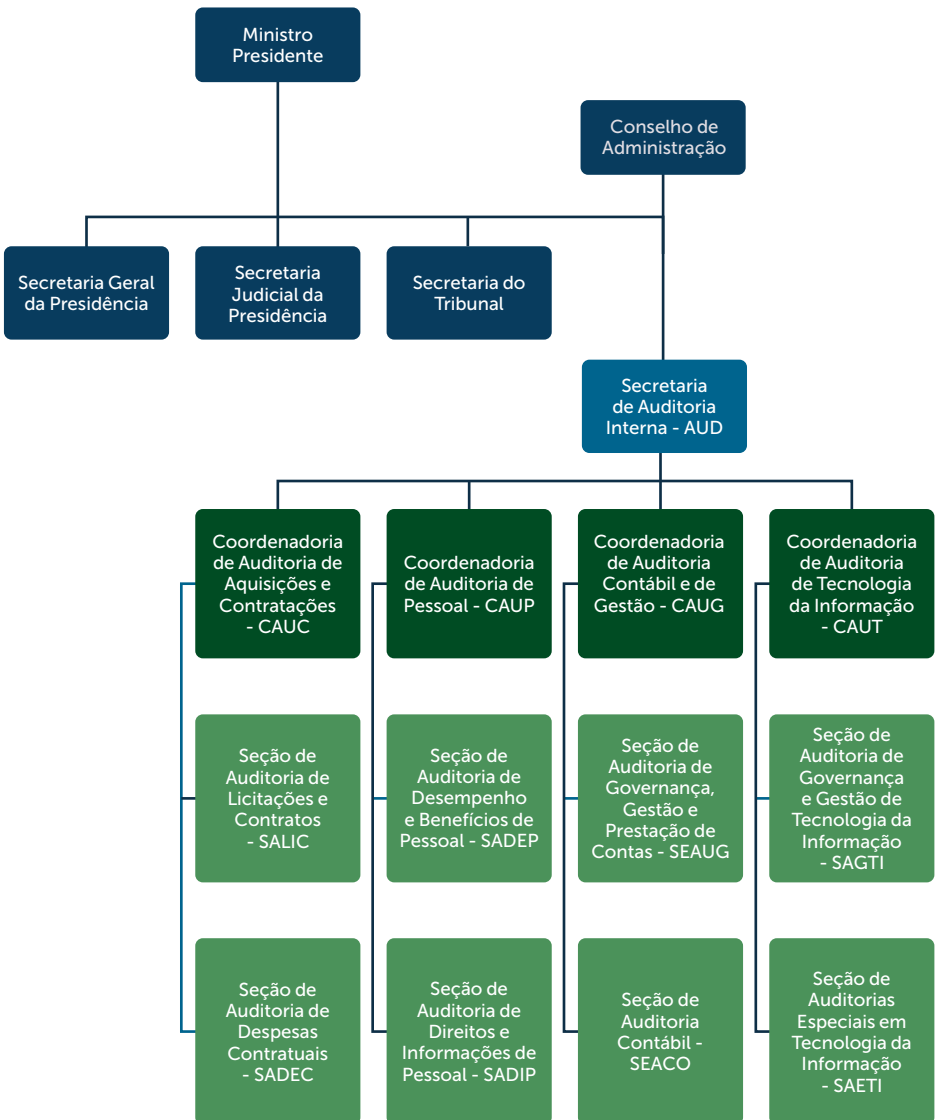
1	Estrutura da Secretaria	6
2	Organização do Plano	8
2.1	Alocação da Força de Trabalho	8
2.2	Capacidade da Força de Trabalho	9
2.3	Matriz de Recursos	13
3	Seleção dos objetos de Auditoria	16
3.1	Identificação do Universo de Auditoria	16
3.2	Contribuição dos Gestores das Unidades Auditadas	17
3.3	Avaliação dos Objetos de Auditoria	17
3.4	Classificação dos Objetos de Auditoria	18
3.5	Seleção dos Objetos de Auditoria	18
4	Dimensões do Plano	19
4.1	Dimensão Atividade de Auditoria Interna	19
4.2	Dimensão Gestão	21
4.3	Dimensão Capacitação	22
	Anexos	23
I	Plano Anual de Auditoria – PAA – 2026	23
II	Plano de Gestão – 2026	24
III	Plano de Capacitação e Desenvolvimento da AUD – PACauD 2026	24

1



Estrutura da Secretaria

Q uanto à estrutura organizacional, a AUD se divide em quatro coordenadorias que, por sua vez, se subdividem em duas seções especializadas cada uma, conforme o organograma a seguir:



As atribuições da AUD e de suas subunidades estão descritas, de forma detalhada, no Manual de Organização do STJ. Resumidamente, cada coordenadoria e seu conjunto de seções desempenham os seguintes papéis:

- **Coordenadoria de Auditoria de Aquisições e Contratações – CAUC:** compõe-se de duas seções e é responsável por planejar e propor ações de avaliação e consultoria nas áreas e processos relacionados à governança e gestão das aquisições e contratações do tribunal, exceto as da área de Tecnologia da Informação, bem como supervisionar a execução das auditorias programadas e especiais.
- **Coordenadoria de Auditoria de Pessoal – CAUP:** formada por duas seções, tem a atribuição de planejar e propor as ações de avaliação e consultoria nas áreas e processos relacionados à gestão contábil e patrimonial, e à estratégia do Tribunal, bem como supervisionar a execução das auditorias de contas anuais, as programadas e as especiais.
- **Coordenadoria de Auditoria de Governança Institucional e de Gestão – CAUG:** composta de duas seções, esta coordenadoria tem a função de planejar e propor as ações de avaliação e consultoria nas áreas e processos relacionados à governança e gestão de pessoas no Tribunal, bem como supervisionar a execução das auditorias programadas e especiais.
- **Coordenadoria de Auditoria de Tecnologia da Informação – CAUT:** também composta de duas seções na sua estrutura e é responsável por planejar e propor as ações de avaliação e consultoria nas áreas e processos relacionados à tecnologia da informação e comunicação, bem como supervisionar a execução das auditorias programadas e especiais.●



2

Organização do Plano

0

Plano Operacional da AUD é o principal instrumento de execução do Plano Diretor 2022–2025 (atualização estendida até 2026) e contém o conjunto das ações e a programação das atividades de auditoria interna para um exercício. Ele contempla, no anexo I, o **Plano Anual de Auditoria – PAA**, exigido pela Resolução CNJ n. 309 de 11 de março de 2020 (atualizada pela Resolução 633/2025); o **Plano de Gestão**, que engloba as ações estruturantes para a gestão (**Anexo II**); e o **Plano de Capacitação** da AUD, que elenca as principais informações necessárias para as capacitações dos seus servidores (**Anexo III**).

2.1 Alocação da Força de Trabalho

A força de trabalho da Secretaria de Auditoria Interna para o exercício de 2026 será distribuída com base em quatro dimensões de atuação: atividades de auditoria interna, ações de gestão, ações de capacitação e reserva técnica. Com o intuito de otimizar a alocação da força de trabalho, a AUD utiliza a escala de medida da força de trabalho denominada **Profissional Dia Auditoria – PDA**, que corresponde ao esforço de um dia de trabalho de um servidor da Secretaria de Auditoria Interna.

A força de trabalho da Secretaria desempenha tanto as atividades finalísticas como as administrativas. Assim, a métrica **PDA** não foi utilizada somente com a finalidade de mensurar o esforço necessário para desenvolver as iniciativas relacionadas às atividades de auditoria interna, mas também para conduzir as ações de gestão da unidade e de capacitação das equipes.

Para definir a quantidade de PDAs disponíveis em cada subunidade da Secretaria, no exercício, foram consideradas os seguintes critérios:

- a. na apuração **dos dias úteis no ano**, eliminou-se a média dos períodos de afastamento dos servidores ocorridos nos três exercícios anteriores ao de elaboração deste plano e o período correspondente a direitos assegurados por lei (férias, licença-capacitação, afastamentos para tratamento de saúde etc.);
- b. na apuração **da força de trabalho da Secretaria**, excluíram-se do cômputo os ocupantes dos cargos de Secretária, bem como de servidores lotados no Gabinete, já que exercem atribuições de supervisão, assessoramento e suporte às atividades da AUD.

Com base nesses critérios, fez-se o levantamento dos PDAs disponíveis para alocação nas ações que compõem este Plano Operacional. O quadro a seguir demonstra a maneira como foi realizado esse cálculo.

Apuração dos dias úteis	Apuração da força de trabalho da AUD
Total de dias úteis do ano (-) Média dos afastamentos	Quantidade de servidores da Secretaria (-) Secretário (-) Servidores do Gabinete
= Dias úteis líquidos	= Força de trabalho disponível
PDAs = Dias úteis líquidos X Força de trabalho disponível	

Assim, para o exercício de 2026, foram considerados **186** dias úteis líquidos e **28** servidores disponíveis para a execução das ações do plano, resultando em **5.115** Profissionais Dia Auditoria.

Na tabela a seguir, encontram-se demonstrados os percentuais de alocação dos PDAs para cada dimensão de atuação:

	% de PDAs alocados	Número de PDAs alocados	
Dimensões	Atividades de Auditoria Interna	67%	3427
	Gestão	20%	1023
	Capacitação	8%	409
	Reserva Técnica	5%	256

2.2 Capacidade da Força de Trabalho

A capacidade disponível para cumprimento do Plano Anual de Auditoria – PAA envolve a análise acerca da formação acadêmica da equipe, de sua experiência na atividade de auditoria e o tempo dessa experiência, bem como de certas aptidões para a realização dos trabalhos de auditoria interna.

Todos os 28 servidores empenhados na execução do PAA possuem graduação (100%), sendo que 25 desses servidores possuem pós-graduação (89,29%). As áreas de graduação e especialização podem ser visualizadas nas tabelas abaixo.

Curso de Graduação	Qnt de Analistas	Qnt de Técnicos	Total
Administração	1	2	3
Ciência Contábeis	3	4	7
Ciências da Computação	3	2	5
Comunicação Social	0	1	1
Engenharia da Computação	0	1	1
Engenharia Elétrica	1	0	1

Curso de Graduação	Qnt de Analistas	Qnt de Técnicos	Total
Engenharia Mecânica	0	1	1
Farmácia	1	1	2
Gestão Pública	0	1	0
Letras	0	1	1
Nutrição	0	1	1
Processamento de Dados	0	2	2
Sistema de Informação	0	1	1
Tecnologia em Gestão Pública	1	0	1

Pós-graduação Lato Sensu (especializações e MBAs)	Nº de servidores
Administração	1
Administração Financeira	1
Administração Pública	1
Administração Pública e Gerência de Cidades	1
Arquitetura e Infraestrutura de Tecnologia da Informação	1
Auditoria em Organizações do Setor Público	1
Contabilidade Pública	3
Controladoria e Finanças Públicas	1
Direito	1
Direito Administrativo	1
Direito Civil e Processo Civil	1
Direito, Regulação e Políticas Públicas	1
Engenharia de Software Apoiada por Fábrica de Software	1
Especialização em Tecnologia de Redes de Computadores	1
Farmacologia e Farmácia Clínica	1
Gestão de Pessoas no Setor Público	1
Gestão de tecnologia da informação na administração pública	1
Gestão e Segurança em Redes de Computadores	1
Gestão Judiciária	1
Gestão Pública	5
Governança em TI	1
Língua Portuguesa com Ênfase em Produção Textual	1
Planejamento e Orçamento Público	1
Políticas e Gestão em Segurança Pública	1
Segurança de Informação	1

Obs.: 4 servidores possuem 2 pós-graduações lato sensu e 1 servidor possui 3 pós-graduações lato sensu

Pós-graduação Stricto Sensu (mestrado)	Nº de servidores
Ciências Contábeis, controladoria	1

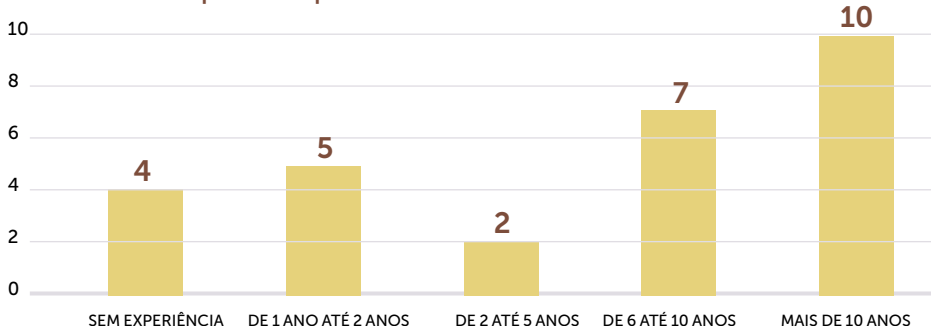
Avaliou-se também a experiência prévia dos servidores na realização de

auditorias do Setor Público, auditorias governamentais de Tecnologia da Informação e Comunicação e auditorias financeiras, de acordo com a tabela abaixo:

Tipo de Experiência	Servidores com experiência
Auditoria do Setor Público	17
Auditoria de TIC	9
Auditoria Financeira	10

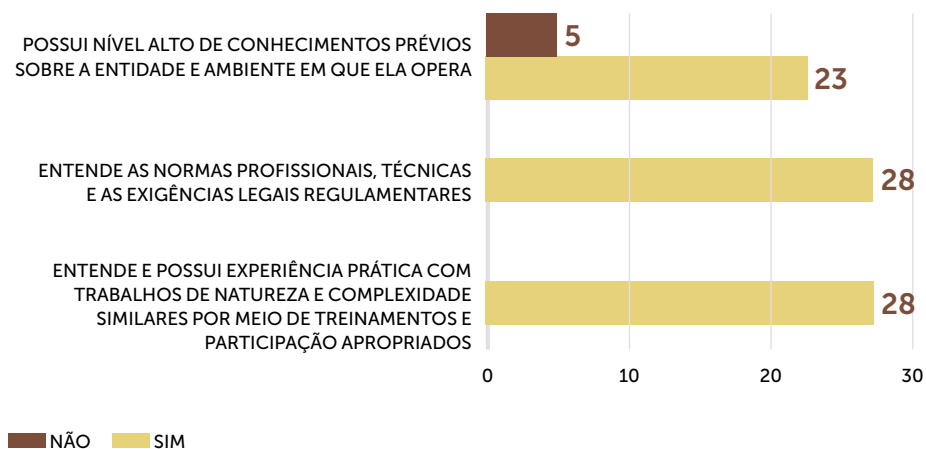
Quanto ao tempo de atuação na AUD, observou-se que a maior parte da equipe tem até 6 anos de experiência, conforme gráfico a seguir:

[GRÁFICO 1] Tempo de experiência em atividades de Auditoria



No que concerne a aptidões adicionais, foram verificados o nível de conhecimentos prévios sobre o STJ e o setor no qual ele opera, o entendimento sobre normas profissionais, técnicas e exigências legais para a realização das auditorias, e a experiência prática com trabalhos de natureza e complexidade similares aos realizadas pela AUD, como evidenciado no gráfico abaixo:

[GRÁFICO 2] Percepção dos Servidores sobre suas Aptidões para Realização das Auditorias



Por fim, para melhorar a qualidade dos trabalhos prestados, a unidade buscará recompor a força de trabalho, que se encontra desfalcada em razão da rotatividade de servidores, bem como complementar as competências da equipe por meio do Plano de Capacitação, constante do [Anexo III](#) deste documento.



2.3 Matriz de Recursos

A seguir, são detalhados os recursos necessários à realização das principais atividades da Secretaria de Auditoria Interna para o ano de 2026.

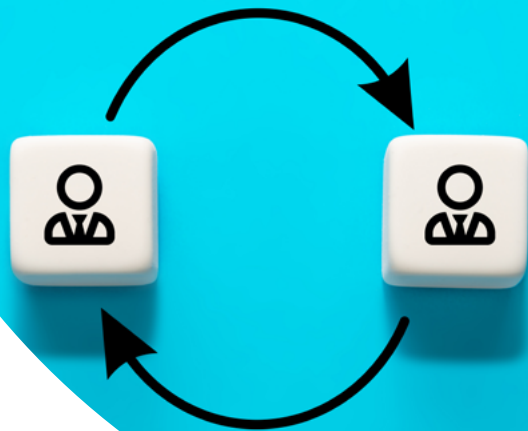
Atividades	Equipe	Recursos Tecnológicos	Materiais	Recursos Técnicos	Infraestrutura
Auditorias	<ul style="list-style-type: none"> Conhecimentos em: <ul style="list-style-type: none"> » Legislação pertinente ao tema/objeto de auditoria; » Melhores práticas Auditorias relacionadas ao tema; » Auditoria baseada em riscos, tecnologia da informação e comunicação; » Capacidade de análise crítica, habilidades para trabalho em equipe. Habilidades em: <ul style="list-style-type: none"> » Planejamento, mapeamento de processos, comunicação escrita e verbal, boa oratória, didática. 	<ul style="list-style-type: none"> Office 365 enterprise 3; Windows 10 enterprise; SEI (sistema e base de dados); Dicionário Houaiss; Acrobat Pro (editor de PDF), BIZAGI; AZZURE; PROJECT; Administra (sistema e base de dados); Sistema Justiça (sistema e base de dados) Adobe CC; ACCESS; e-Pro; Python e Java Script, Teams, SIAFI Gerencial; SIAFI Operacional; Conecta TCU; e-Pessoal (TCU) SIAFI, Tesouro Gerencial, software de pesquisa em banco de dados. Dbeaver ou similar (Ferramenta de conexão e manipulação de banco de dados); Anaconda / Python VSCode 	<ul style="list-style-type: none"> Computadores, monitores e impressora comum; Telefone; Webcam; Resma de papel, caneta, blocos de anotações. 	<p>Normas e publicações emitidas pelo TCU, BDJur-STJ, BCAud-STJ, COSO ICIF, COSO ERM, Padrão de Controle Interno dos Estados Unidos (GAO), Critério de Controle do Canadá (CoCo), Princípios de Gerenciamento de Riscos do Reino Unido (Orange Book) e outras estruturas de referência para auditoria governamental, normas de controle interno da administração pública e gestão de riscos institucionais. Normas de Auditoria publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, Manual de Contabilidade Pública do Tesouro Nacional, Normas de Finanças Públicas, Processos administrativos, normas do CNJ e do STJ, Portal Compras Net; Manual do SIAFI, ABNT Coleção (ISO's), Cobit, ITIL, demais normas aplicadas à Administração Pública.</p>	<p>Salas das coordenadorias de auditoria ou ambiente adequado à realização de teletrabalho.</p>
Monitoramentos	<ul style="list-style-type: none"> Conhecimento da auditoria que está sendo monitorada, capacidade de análise crítica para avaliar se as medidas adotadas pela administração atendem às recomendações emitidas, saber pesquisar. Monitoramentos Capacidade de análise crítica, habilidades para trabalho em equipe. Habilidades em: <ul style="list-style-type: none"> » Planejamento, mapeamento de processos, comunicação escrita e verbal. 	<ul style="list-style-type: none"> Office 365 enterprise 3; Windows 10 enterprise; SEI (sistema e base de dados); Dicionário Houaiss; Acrobat Pro (editor de PDF), BIZAGI; PROJECT; Administra (sistema e base de dados); Adobe CC; ACCESS; e Pro; Python e Java Script, Teams, SIAFI Gerencial; SIAFI Operacional; Conecta TCU; e-Pessoal (TCU) SIAFI, Tesouro Gerencial, software de pesquisa em banco de dados; Dbeaver ou similar (Ferramenta de conexão e manipulação de banco de dados); Anaconda / Python; VSCode; 	<ul style="list-style-type: none"> Computadores, monitores e impressora comum; Telefone; Resma de papel, caneta, blocos de anotações; Computadores, monitores e impressora comum; Telefone; Resma de papel, caneta, blocos de anotações. 	<p>Normas e publicações emitidas pelo TCU, BDJur-STJ, BCAud-STJ, COSO ICIF, COSO ERM, Padrão de Controle Interno dos Estados Unidos (GAO), Critério de Controle do Canadá (CoCo), Princípios de Gerenciamento de Riscos do Reino Unido (Orange Book) e outras estruturas de referência para auditoria governamental, normas de controle interno da administração pública e gestão de riscos institucionais. Normas de Auditoria publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, Manual de Contabilidade Pública do Tesouro Nacional, Normas de Finanças Públicas, Processos administrativos, normas do CNJ e do STJ, Portal Compras Net; Manual do SIAFI, ABNT Coleção (ISO's), Cobit, ITIL, demais normas aplicadas à Administração Pública.</p>	<p>Salas das coordenadorias de auditoria ou ambiente adequado à realização de teletrabalho.</p>

Atividades	Equipe	Recursos Tecnológicos	Materiais	Recursos Técnicos	Infraestrutura
Consultorias	<ul style="list-style-type: none"> • Requer capacitação em auditoria. • Conhecimentos em TIC. • Habilidades adicionais como boa oratória ou didática podem ser necessárias. 	<ul style="list-style-type: none"> • Office, Project. Para algumas consultorias, foi necessária a utilização do Pacote Adobe CC (Photoshop, Illustrator, Indesign, Animate, Premiere e Audition). 	<ul style="list-style-type: none"> • Computadores, monitores e impressora comum; • Telefone; • Resma de papel, caneta, blocos de anotações; • Computadores, monitores e impressora comum; • Telefone; • Resma de papel, caneta, blocos de anotações. 	<p>Normas e publicações emitidas pelo TCU, BDJur-STJ, BCAud-STJ, COSO ICIF, COSO ERM, Padrão de Controle Interno dos Estados Unidos (GAO), Critério de Controle do Canadá (CoCo), Princípios de Gerenciamento de Riscos do Reino Unido (Orange Book) e outras estruturas de referência para auditoria governamental, normas de controle interno da administração pública e gestão de riscos institucionais. Normas de Auditoria publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, Manual de Contabilidade Pública do Tesouro Nacional, Normas de Finanças Públicas, Processos administrativos, normas do CNJ e do STJ, Portal Compras Net; Manual do SIAFI, ABNT Coleção (ISO's), Cobit, ITIL, demais normas aplicadas à Administração Pública.</p>	<p>Salas das coordenadorias de auditoria ou ambiente adequado à realização de teletrabalho.</p>
Auditoria nas Contas Anuais do STJ	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecimentos em: Legislação pertinente ao tema/objeto de auditoria; <ul style="list-style-type: none"> » Melhores práticas Auditoria nas Contas Anuais do STJ relacionadas ao tema; » Auditoria baseada em riscos, tecnologia da informação e comunicação; » Auditoria contínua; Estatística • Capacidade de análise crítica, habilidades para trabalho em equipe. • Habilidades em: <ul style="list-style-type: none"> » Planejamento, mapeamento de processos, comunicação escrita e verbal. 	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema e-Contas (TCU); • Pacote Office 365; • Ferramentas de design gráfico; • SEI (sistema e base de dados); • ADMINISTRA (sistema e base de dados); • INTRANET; • INTERNET; • BIZZAGI; • e-Pro; • SIAFI; • SQL Server • Dbeaver ou similar (Ferramenta de conexão e manipulação de banco de dados); • Anaconda / Python; • VSCode. 	<ul style="list-style-type: none"> • Computadores, monitores e impressora comum; • Telefone; • Resma de papel, caneta, blocos de anotações. 	<p>Lei n. 8.443/1992; IN TCU n. 84/2020; Decisões Normativas do TCU que dispõem acerca das prestações de contas anuais da Administração Pública Federal publicadas a cada exercício; Guia de elaboração do Relatório de Gestão do TCU e demais portarias ou resoluções do TCU que versem sobre a prestação de contas anuais. ABNT Coleção (ISO's), Cobit, ITIL, BDJur; BCAud; Portal Compras Net; Manual do SIAFI; MCASP 10ª Edição</p>	<p>Salas das coordenadorias de auditoria ou ambiente adequado à realização de teletrabalho.</p>
Análises Mandatórias	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento em: <ul style="list-style-type: none"> » Orçamento público, plano de contas da União, relatórios no Tesouro Gerencial, capacidade analítica, LRF, RGF e legislação correlata, contabilidade pública; » Aposentadoria, pensão por morte, admissão e benefício especial. 	<ul style="list-style-type: none"> • Sistemas: <ul style="list-style-type: none"> » SIAFI; » Tesouro Gerencial; » Correio eletrônico; » Programa para edição de planilha eletrônica; » SEI (sistema e base de dados); » SARH (sistema e base de dados); » Editor de texto; » Access; » e-Pessoal (TCU); » Dbeaver ou similar (Ferramenta de conexão e manipulação de banco de dados); » Anaconda / Python » VSCode 	<ul style="list-style-type: none"> • Hardware - computadores conectados à internet; • Impressora. • Escritório: <ul style="list-style-type: none"> » Mesa e cadeira 	<p>Lei de Responsabilidade Fiscal, manual dos demonstrativos fiscais, plano de contas da União, normas do TCU, normas do CNJ, normativos internos do STJ e processos administrativos alusivos à área de pessoal.</p>	<p>Salas das coordenadorias de auditoria ou ambiente adequado à realização de teletrabalho.</p>

Atividades	Equipe	Recursos Tecnológicos	Materiais	Recursos Técnicos	Infraestrutura
Execução do Plano de Gestão - Anexo II	<ul style="list-style-type: none">Habilidades em planejamento, gestão de projetos, indicadores e metas, gestão de equipes, emissão de relatórios, comunicação; processos de trabalho, uso de ferramentas do Office 365, SEI. Conhecimento do Modelo de Capacidade da Auditoria Interna (IA-CM).	<ul style="list-style-type: none">Ferramentas do Office 365;Correio eletrônico.	<ul style="list-style-type: none">Computadores, monitores, telefones.	Modelo de Capacidade da Auditoria Interna (IACM) do IIA; normas de auditoria; normas do STJ.	Salas das coordenadorias de auditoria ou ambiente adequado à realização de teletrabalho.

Fonte: elaborado pela AUD.●

3



Seleção dos objetos de Auditoria

0

processo de escolha dos objetos a serem auditados no exercício de 2026 abrangeu as seguintes etapas:



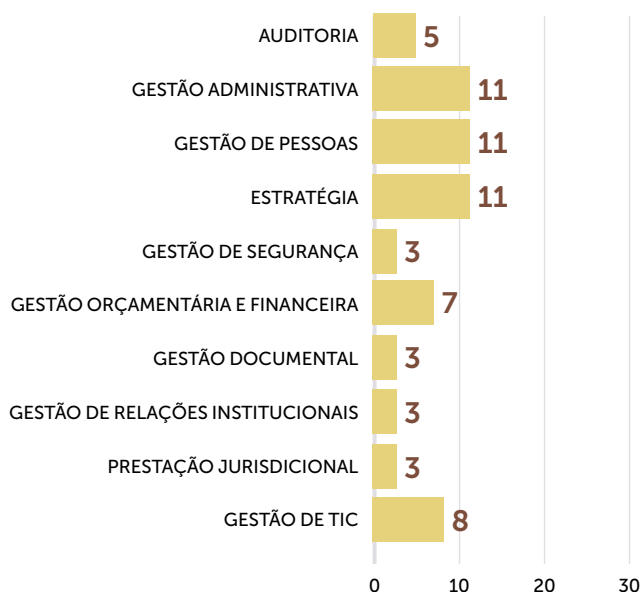
3.1 Identificação do Universo de Auditoria

A identificação do universo de auditoria consiste na seleção dos objetos sobre os quais a atividade de auditoria interna do STJ tem legitimidade para atuar, de modo a avaliá-los quanto aos aspectos operacionais, financeiros e de conformidade. O universo de auditoria foi revalidado em 2025 e atualizado.



Para o ano de 2026, a definição dos objetos de auditoria registrou 56 objetos passíveis de avaliação pelas subunidades da Secretaria de Auditoria Interna. O gráfico a seguir representa a distribuição dos objetos quanto aos macroprocessos organizacionais com os quais se relacionam:

[GRÁFICO 3] Distribuição dos objetos por macroprocessos - 2026



3.2 Contribuição dos Gestores das Unidades Auditadas

- Os gestores das unidades auditadas participaram da elaboração do Plano Operacional da AUD por intermédio de respostas ao Questionário de Interesse da Gestão, aplicado em setembro de 2024, que aferiu o grau de importância do objeto de auditoria, de acordo com a percepção da unidade auditada responsável pelo objeto. Dessa pesquisa resulta o fator homônimo *Interesse da Gestão*, o qual compõe o critério Relevância.

Dessa forma, cabe esclarecer que os fatores acima integram parte do cálculo do Indicador de Significância do Objeto – ISO, o qual define a classificação dos objetos auditáveis conforme o Método de Avaliação do Universo de Auditoria prevê e que se encontra detalhado nos tópicos seguintes.

3.3 Avaliação dos Objetos de Auditoria

Identificado o universo auditável e considerando as respostas dos gestores aos questionários aplicados, avaliou-se cada objeto de auditoria com base no *Método de Avaliação do Universo de Auditoria*, cujos critérios de exame são:



Materialidade: dimensiona a magnitude dos valores orçamentários, financeiros ou patrimoniais relacionados ao objeto.



Risco: é a possibilidade de que um evento ocorra e impacte os objetivos relacionados ao objeto de auditoria. No método acima mencionado, a avaliação dos objetos quanto ao risco considera a maturidade dos controles internos e da gestão de riscos, o lapso temporal entre auditorias e o risco à imagem.



Relevância: pondera a importância do objeto no cumprimento das metas nacionais do CNJ, na missão e nos objetivos estratégicos do STJ, bem como nos objetivos das unidades do Tribunal.

3.4 Classificação dos Objetos de Auditoria

Após a avaliação, classificaram-se os objetos de auditoria em ordem decrescente dos valores obtidos no Indicador de Significância do Objeto (ISO)¹. Em síntese, o referido indicador é resultante da soma ponderada das notas atribuídas aos fatores avaliados. A tabela abaixo especifica a estrutura e os pesos dos critérios e fatores de avaliação:

Critérios	Peso	Pontuação máxima do critério	Fatores de avaliação	Peso do fator na formação do critério
Materialidade	20%	5	Magnitude Financeira (MFI)	1,0
			Maturidade dos Controles Internos e da Gestão de Riscos (MCIGR)	0,6
Risco	35%	5	Lapso Temporal entre Auditorias (LTA)	0,2
			Risco à imagem (IMA)	0,2
			Interesse da Gestão (IGE)	0,1
			Interesse da Auditoria Interna (IAI)	0,3
			Exigências de Instâncias Externas (EIE)	0,3
Relevância	45%	5	Abrangência Institucional (AIN)	0,1
			Vinculação ao PEI (PEI)	0,2

Fonte: Método de avaliação do universo de auditoria

3.5 Seleção dos Objetos de Auditoria

Após a classificação estabelecida na fase anterior, cada subunidade da AUD apresentou os objetos sobre os quais atuará no exercício de 2026, elencando-os nas tabelas do [Anexo I](#) deste Plano Operacional conforme a disponibilidade de PDAs.

Com base neste método de avaliação do universo de auditoria, a seleção dos objetos que constarão no PAA deve respeitar a ordem de classificação definida pelo ISO, exceto quando a unidade de auditoria justificar a escolha de objetos distintos daqueles que foram mais bem ranqueados.●

1 A atualização da avaliação do universo de auditoria realizada em 2025 consta no anexo do Plano Diretor AUD 2023-2025 (revisão estendida para 2026), disponível em <https://transparencia.stj.jus.br/auditoria-interna/planos-de-auditoria/>.

4

Dimensões do Plano

4.1 Dimensão Atividade de Auditoria Interna

C

onsiste na indicação dos trabalhos da área-fim da Secretaria que serão executados por suas subunidades no transcorrer do exercício e corresponde ao Plano Anual de Auditoria de 2026.

No âmbito desta Secretaria de Auditoria Interna consideram-se atividades de auditoria os processos de avaliação e de consultoria, subdivididos nas seguintes modalidades:



Auditoria: avaliação de determinado macroprocesso ou processo da gestão, executada conforme metodologia preestabelecida, da qual resulta relatório com as constatações da equipe de auditoria e recomendações de ações e providências para os gestores das áreas auditadas.



Auditoria nas Contas Anuais do STJ: compreende um conjunto de avaliações, análises e emissão de relatórios que compoõem o processo de prestação de contas do STJ, para fins de encaminhamento ao Tribunal de Contas da União.



Levantamento: ação de controle utilizada para que a equipe de auditoria e a Secretaria como um todo conheça determinado macroprocesso, tema ou área objeto de sua atuação, sendo esse conhecimento utilizado para o planejamento de outras ações de controle, como a auditoria. Normalmente, não são feitas recomendações a partir dos levantamentos efetuados.



Análises Mandatórias: análises que a unidade de auditoria interna deve fazer por força de comando legal ou constitucional, quando do exercício do papel de órgão de controle interno de sistema previsto no art. 74 da Constituição Federal de 1988 e em atendimento a comando legal ou normativo, especialmente da Lei Complementar n. 101/200, da Lei n. 8.443/1992 e da Resolução TCU n. 246/2011 (Regimento Interno/TCU).



Monitoramento: ação de controle destinada a avaliar a implementação das recomendações feitas pela AUD em trabalhos de auditoria. Em determinadas situações, pode haver diversos monitoramentos para uma auditoria, até a solução das recomendações.



Consultoria: atividade de aconselhamento fornecida pela Auditoria Interna à Alta Administração com a finalidade de agregar valor à organização e melhorar os seus processos de governança, de gestão de riscos e de controles internos, de forma condizente com os valores, as estratégias e os objetivos institucionais, sem que haja comprometimento da independência e autonomia do auditor interno governamental na realização de suas atividades.

As atividades de auditoria interna previstas para 2026 foram detalhadas no **Anexo I** deste documento, classificadas por modalidade, levando-se em consideração a disponibilidade de aproximadamente 67% do total de PDAs, correspondendo a 3.427 Profissionais Dia Auditoria para atuação da Secretaria de Auditoria Interna.

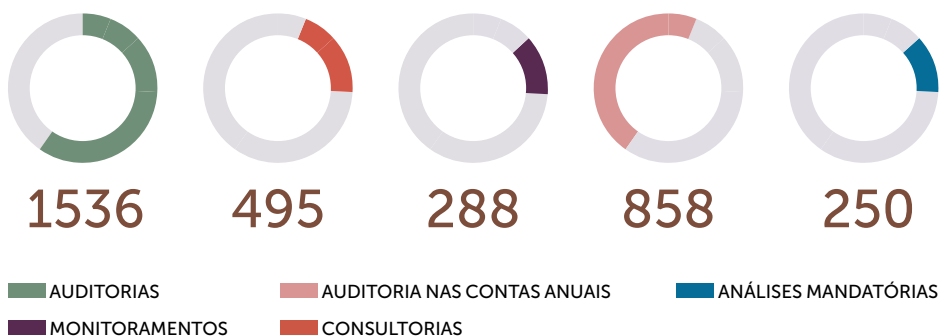
Do total de PDAs definidos para as atividades de auditoria, (1.116) foram destinados para o cumprimento das ações que compõem a auditoria de contas anuais (**Anexo I** – Parte B), em razão da relevância desse trabalho, determinado pela IN TCU n. 84/2020.

Os trabalhos da AUD são distribuídos em 4 modalidades: auditorias (e auditoria de contas anuais), monitoramentos, consultorias e análises mandatórias.

Para o ano de 2026 estão previstas 17 auditorias, sendo 19 ações referentes à Prestação de Contas Anuais, 15 monitoramentos e 8 consultorias (sendo 3 de facilitação). No tocante às análises mandatórias são avaliados 3 Relatórios de Gestão Fiscal e todos os atos e processos administrativos sujeitos a registro no TCU, não sendo possível antecipar o quantitativo anual desses processos.

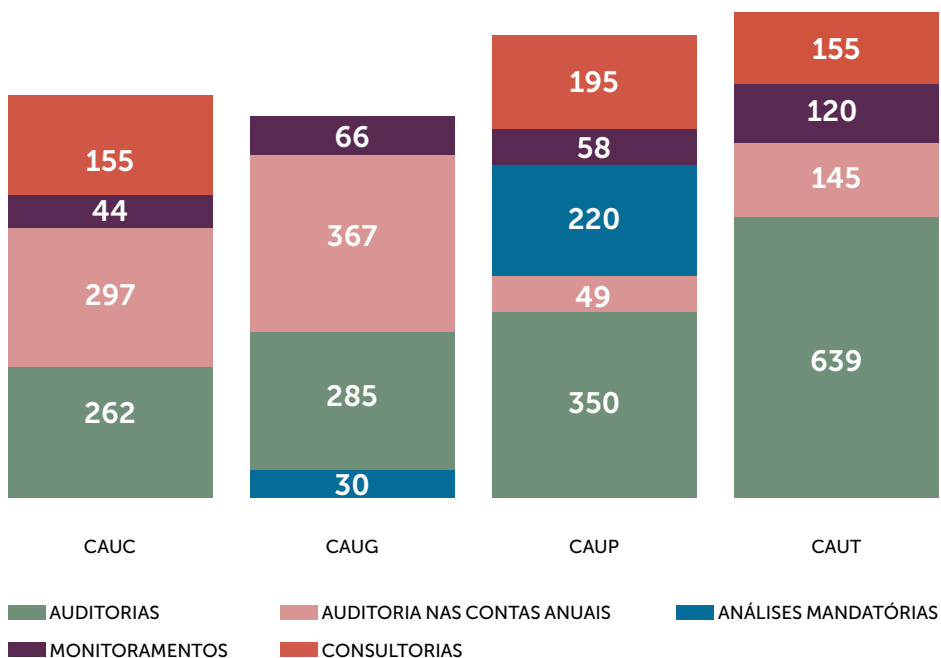
O gráfico a seguir permite visualizar a distribuição das avaliações por modalidade.

[GRÁFICO 4] Quantidade de PDAs por Modalidade de Avaliação



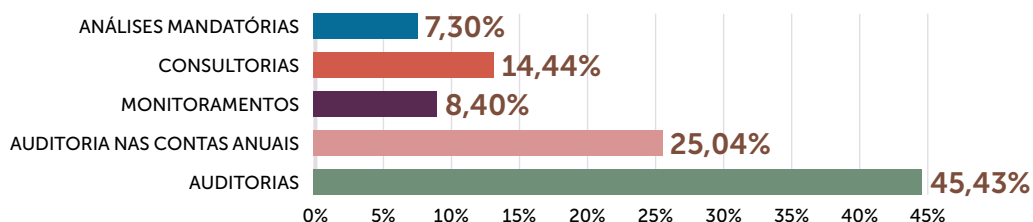
A seguir, evidencia-se a destinação de PDAs, por modalidade de avaliação, nas coordenadorias:

[GRÁFICO 5] PDAs por Coordenadoria X Modalidade de Avaliação



Por fim, o gráfico a seguir mostra o percentual geral de PDAs destinado a cada modalidade de avaliação:

[GRÁFICO 6] Distribuição de PDAs por Modalidade (%)



4.2 Dimensão Gestão

A Dimensão Gestão tem como objetivo desenvolver e fortalecer a atuação da atividade de auditoria interna do Tribunal em relação aos processos de trabalho, às relações institucionais, à normatização da atividade de auditoria interna e ao alinhamento aos padrões internacionais.

Esta dimensão contempla o conjunto de ações que serão executadas no exercício, as quais estão vinculadas aos objetivos estratégicos da AUD e diretamente relacionadas à manutenção do nível 3 do IA-CM (Modelo de Capacidade de Auditoria Interna), certificação alcançada em 2025, conforme avaliação realizada pelo Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci), e às iniciativas estruturantes necessárias para execução e aprimoramento das atividades da unidade de Auditoria Interna.

Dessa forma, foram reservados 20% da força de trabalho disponível para o ano de 2026, equivalente a **1.023** PDAs, para a realização das ações constantes no **Anexo II** deste documento.

4.3 Dimensão Capacitação

A Dimensão Capacitação tem como finalidade apresentar os programas de capacitação e desenvolvimento de seus auditores, com o objetivo de impulsionar o cumprimento da missão e a realização das estratégias do Tribunal, às quais a AUD deve se manter alinhada por intermédio de seu Plano Diretor.

Para o exercício de 2026, foram previstos 409 PDAs para 28 servidores da AUD. Esse total corresponde a 8% da força de trabalho disponível para o ano.

Foram selecionadas 20 ações de capacitação que subsidiarão no desenvolvimento dos conhecimentos dos seus colaboradores. Os cursos, que podem ser presenciais ou à distância, contemplam a área temática das quatro subunidades, também abrangendo assuntos de interesse dos servidores do gabinete da AUD.

Ressalte-se que a execução do plano de capacitação dos servidores da AUD segue as diretrizes do Centro de Formação e Gestão Judiciária, inclusive quanto à contratação das ações e à disponibilização das vagas. ●



Anexos

Anexo I Plano Anual de Auditoria – PAA – 2026

Posto que os trabalhos finalísticos da AUD contribuem para o aperfeiçoamento dos aspectos de governança, gestão de riscos e controles internos dos objetos que se propõe a avaliar, tem-se que as ações inclusas nas tabelas do [Anexo I – PAA](#) (Auditorias, Auditoria nas Contas Anuais do STJ, Análises Mandatórias, Monitoramentos e Consultorias) cooperam, primariamente, com o objetivo estratégico do STJ de **“Aprimorar a governança institucional”**.

Como desdobramento do desígnio acima, a Secretaria de Auditoria Interna elaborou, no Plano Diretor 2022-2025 (revisão estendida para 2026)², o mapa estratégico-setorial da AUD com objetivos próprios da unidade. Dessa forma, serão demonstrados os objetivos setoriais e respectivos indicadores para os quais contribuem cada ação de auditoria. As ações das tabelas do [Anexo I](#) (Parte A – Auditorias, Parte B – Auditoria nas Contas Anuais do STJ, Parte C – Análises mandatórias, Parte D – Monitoramentos e Parte E – Consultorias) vinculam-se, principalmente, ao objetivo estratégico da AUD de **“Contribuir para a governança, a gestão de riscos e os controles internos no Tribunal”**, bem como cooperam para o objetivo de **“Aprimorar o planejamento e a execução dos trabalhos da AUD”** e suprem o indicador de **“Realização do PAA”**. Ademais, as ações contidas na tabela Parte E – Consultorias têm relação com o objetivo da AUD de **“Aprimorar a função consultoria da Auditoria Interna”** e o respectivo indicador **“Desenvolver a função consultoria da Auditoria Interna”**.



2 Plano Diretor AUD 2022-2025 (revisão estendida para 2026 – 4ª revisão disponível em <https://transparencia.stj.jus.br/auditoria-interna/planos-de-auditoria>.

A Auditorias

Item	Objeto	Unidade Responsável	Unidade Auditada	Período previsto para realização	PDA's planejados	Breve explicação do objeto	Resultados/Benefícios esperados com a ação
1	Gestão dos TEDs, Convênios, Acordos e Instrumentos Congêneres	CAUC/SADEC	SAD	03/08/2026 a 30/11/2026	40	Gestão dos ressarcimentos pela operacionalização dos ativos financeiros do Tribunal (folha de pagamento, conta vinculada, depósitos judiciais).	Fornecer asseguração quanto à observância da legislação pertinente e adequação dos procedimentos de ressarcimento pela gestão e operacionalização de ativos do STJ (folha de pagamento, conta vinculada, depósitos judiciais)
2	Procedimento Licitatórios - Finalização - 2025	CAUC/SALIC		07/01/2026 a 31/03/2026	3	Continuação da Auditoria de procedimentos licitatórios - preventiva tem como objetivo avaliar os procedimentos adotados pela Administração do STJ quanto à instrução inicial dos autos dos processos referente às aquisições de bens e contratação de prestação de serviços- 2025-Elaboração do despacho final.	O principal objetivo é a correção tempestiva dos possíveis erros e irregularidades, na fase preparatória, em observância as normas e jurisprudência correlatas para subsidiar o Relatório da Prestação de Contas.
3	Procedimento Licitatórios - 2026	CAUC/SALIC		02/03/2026 a 31/12/2026	35	A Auditoria de procedimentos licitatórios - preventiva tem como objetivo avaliar os procedimentos adotados pela Administração do STJ quanto à instrução inicial dos autos dos processos referente às aquisições de bens e da contratação de prestação de serviços- 2026.	O principal objetivo é a correção tempestiva dos possíveis erros e irregularidades, na fase preparatória, em observância as normas e jurisprudência correlatas para subsidiar o Relatório da Prestação de Contas.
4	Auditoria - Planejamento das Contratações e Aquisições	CAUC/SALIC		01/08/2026 a 18/12/2026	134	Auditoria para avaliar o planejamento das contratações o STJ em conformidade com a legislação vigente, observando a promoção do desenvolvimento sustentável.	Os principais benefícios da auditoria são a melhoria na organização administrativa, melhoria dos controles internos e a adequada alocação dos recursos públicos.
5	Auditoria integrada na Gestão Patrimonial do STJ	CAUG/SEACO	SAD	07/01/2026 a 28/02/2026	21	Agregar valor e transparência para o STJ bem como auxiliar na auditoria de contas de 2025.	Analisar a conformidade da gestão patrimonial do STJ. Fomentará a prestação de contas.
6	Auditoria Integrada nas Despesas com Energia Elétrica do STJ	CAUG/SEACO	SAD	06/04/2026 a 19/11/2026	118	Auditoria Integrada nas Despesas com Energia Elétrica do STJ.	Fomento à cultura da sustentabilidade dos recursos públicos e ambientais. O objeto assume caráter de urgência e destaque, especialmente em vista da realização da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP 30) no Brasil. Adicionalmente, ele está em perfeita sintonia com dois dos macrodesafios estratégicos da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 – quais sejam, "Garantia dos Direitos Fundamentais" e "Promoção da Sustentabilidade. reflete, ainda, o eixo prioritário do Conselho Nacional de Justiça que tem a sustentabilidade como um dever intergeracional.

Item	Objeto	Unidade Responsável	Unidade Auditada	Período previsto para realização	PDA's planejados	Breve explicação do objeto	Resultados/Benefícios esperados com a ação
7	Auditoria integrada na Gestão Patrimonial do STJ	CAUG/SEAUG	SAD	07/01/2026 a 28/02/2026	14	Analisar a conformidade da gestão patrimonial do STJ. Fomentará a prestação de contas.	Agregar valor e transparência para o STJ bem como auxiliar na auditoria de contas de 2025.
8	Ação Coordenada CNJ 2026	CAUG/SEAUG	SAD	02/03/2026 a 31/07/2026	52	Ação Coordenada do CNJ 2026 sobre a Política Nacional do Poder Judiciário para o Clima e Meio Ambiente.	Fomento à cultura da sustentabilidade dos recursos públicos e ambientais. O objeto assume caráter de urgência e destaque, especialmente em vista da realização da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP 30) no Brasil. Adicionalmente, ele está em perfeita sintonia com dois dos macrodesafios estratégicos da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 – quais sejam, "Garantia dos Direitos Fundamentais" e "Promoção da Sustentabilidade. reflete, ainda, o eixo prioritário do Conselho Nacional de Justiça que tem a sustentabilidade como um dever intergeracional.
9	Auditoria Integrada nas Despesas com Energia Elétrica do STJ	CAUG/SEAUG	SAD	06/04/2026 a 19/11/2026	80	Auditoria Integrada nas Despesas com Energia Elétrica do STJ.	Fomento à cultura da sustentabilidade dos recursos públicos e ambientais. O objeto assume caráter de urgência e destaque, especialmente em vista da realização da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP 30) no Brasil. Adicionalmente, ele está em perfeita sintonia com dois dos macrodesafios estratégicos da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 – quais sejam, "Garantia dos Direitos Fundamentais" e "Promoção da Sustentabilidade. reflete, ainda, o eixo prioritário do Conselho Nacional de Justiça que tem a sustentabilidade como um dever intergeracional.
10	Qualidade de vida de servidores	CAUP/SADEP	SGP	01/07/2026 a 19/12/2026	145	Avaliar práticas implementadas no STJ que melhoram o bem-estar físico, mental e social do corpo funcional.	Entre os principais benefícios esperados destacam-se o aumento da motivação, a redução do absenteísmo, o incremento da produtividade, o fortalecimento do engajamento e a criação de um ambiente de trabalho mais saudável e harmonioso. Esses resultados contribuem diretamente para a eficiência e a eficácia das atividades institucionais.
11	Folha de pagamento	CAUP/SADIP	SGP	07/01/2026 a 19/12/2026	45	Avaliar, mensalmente, em 2026 os lançamentos efetuados na folha de pagamento mediante o uso de conferências automatizadas, com vistas a identificar de forma tempestiva possíveis inconsistências.	Assegurar, de maneira automatizada, a regularidade dos valores lançados mensalmente em 2026 na folha de pagamento.

Item	Objeto	Unidade Responsável	Unidade Auditada	Período previsto para realização	PDA's planejados	Breve explicação do objeto	Resultados/Benefícios esperados com a ação
12	Procedimentos relativos à concessão de direitos de servidores no âmbito do STJ	CAUP/SADIP	SGP	02/03/2026 a 31/07/2026	160	Avaliar a concessão de direitos do servidor.	Garantir que o direito concedido a servidores esteja em conformidade com as normas de regência.
13	AUDPrevine - Sistema de Auxílio a Auditoria	CAUT/SAETI	STI	07/01/2026 a 18/12/2026	195	Desenvolvimento de novas funcionalidades para o AUDPrevine; Desenvolvimento de novas trilhas para Auditoria Contínua e Auditoria Preventiva; Manutenções corretivas e preventivas.	Melhoria dos processos de auditoria; Aumento da capacidade operacional e diminuição de Riscos no processos internos da AUD.
14	Auditoria de Gestão de Serviços de TI (ITSM)	CAUT/SAETI	STI	03/02/2026 a 03/05/2026	118	Auditoria baseada em riscos nos processos de Gestão de Serviços de TIC (ITSM), analisando a efetiva implantação, utilização e integração dos processos entre si.	Agregar valor ao Tribunal fomentando o aprimoramento dos processos de gestão de serviços de TIC observando principalmente a eficácia e efetividade da implantação dos processos.
15	AUDPrevine - Sistema de Auxílio a Auditoria	CAUT/SAGTI	-	07/01/2026 a 18/12/2026	236	Desenvolvimento de novas funcionalidades para o AUDPrevine; Implantação do sistema em produção e manutenções corretivas/preventivas.	Melhoria dos processos de auditoria; Aumento da capacidade operacional e diminuição de Riscos no processos internos da AUD.
16	Procedimentos licitatórios (TI)	CAUT/SAGTI	STI	13/01/2026 a 31/12/2026	60	A Auditoria de procedimentos licitatórios - preventiva tem como objetivo avaliar os procedimentos adotados pela Administração do STJ quanto à instrução inicial dos autos dos processos referente às aquisições de bens e a contratação de prestação de serviços - 2026.	"Correção tempestiva dos possíveis desvios e fragilidades, na fase preparatória das licitações, em observância com as normas e com a jurisprudência correlatas para subsidiar o Relatório da Prestação de Contas."
17	Trilhas de Auditoria Automatizadas	CAUT/SAGTI	STI e SGP	01/05/2026 a 30/09/2026	30	Construção e manutenção de automações de auditoria para auxiliar o processo de prestação de contas de pessoal e demais necessidades.	Melhoria da capacidade operacional.

B Auditorias nas Contas Anuais

Item	Objeto	Unidade Responsável	Unidade Auditada	Período previsto para realização	PDA's planejados	Breve explicação do objeto	Resultados/Benefícios esperados com a ação
1	Execução e Conclusão da Prestação de Contas - Exercício 2025	CAUC/SADEC	SAD	07/01/2026 a 20/02/2026	30	Auditoria financeira integrada com conformidade nas contas de 2025 do Superior Tribunal de Justiça - STJ, com o objetivo de expressar opinião sobre se as demonstrações contábeis, financeiras e orçamentárias do Tribunal estão livres de distorção relevante.	Controle da aplicação dos recursos públicos, e, consequentemente, um aumento no grau de confiança das demonstrações por parte dos seus usuários.

Item	Objeto	Unidade Responsável	Unidade Auditada	Período previsto para realização	PDA's planejados	Breve explicação do objeto	Resultados/Benefícios esperados com a ação
2	Planejamento e Execução Auditoria de Contas - Exercício 2026	CAUC/SADEC	SAD	01/07/2026 a 13/11/2026	150	Auditoria financeira integrada com conformidade nas contas de 2026 do Superior Tribunal de Justiça - STJ, com o objetivo de expressar opinião sobre se as demonstrações contábeis, financeiras e orçamentárias do Tribunal estão livres de distorção relevante.	Controle da aplicação dos recursos públicos, e, consequentemente, um aumento no grau de confiança das demonstrações por parte dos seus usuários.
3	Planejamento e Execução Auditoria de constas 2026	CAUC/SALIC		01/07/2026 a 31/12/2026	93	Auditoria financeira integrada com conformidade nas contas de 2025 do Superior Tribunal de Justiça - STJ, com o objetivo de expressar opinião sobre se as demonstrações contábeis, financeiras e orçamentárias do Tribunal estão livres de distorção relevante.	Controle da aplicação dos recursos públicos, e, consequentemente, um aumento no grau de confiança das demonstrações por parte dos seus usuários.
4	Execução e conclusão da Prestação de Contas - Exercício 2025	CAUC/SALIC		07/01/2026 a 31/03/2026	24	Auditoria financeira integrada com conformidade nas contas de 2025 do Superior Tribunal de Justiça - STJ, com o objetivo de expressar opinião sobre se as demonstrações contábeis, financeiras e orçamentárias do Tribunal estão livres de distorção relevante.	Controle da aplicação dos recursos públicos, e, consequentemente, um aumento no grau de confiança das demonstrações por parte dos seus usuários.
5	Prestação de Contas 2026 - Levantamento das Contas Contábeis e Cálculo da Relevância/ Materialidade (1ª Etapa)	CAUG/SEACO	STJ	01/07/2026 a 31/07/2026	16	Assegurar a transparência e a responsabilidade na administração pública, bem como dar suporte às decisões de alocação de recursos, promover a defesa do patrimônio público e, sobretudo, informar aos cidadãos.	Avaliar a exatidão e a completude das demonstrações financeiras e sua aderência a leis, regulamentos e padrões contábeis, bem como verificar a conformidade dos procedimentos e os elementos de conteúdo definidos pelo TCU em atos normativos da prestação de contas anuais, garantindo transparência e confiabilidade. Documentar os produtos dessa avaliação.
6	Prestação de Contas 2026 - Execução - Ciclo Gestão Administrativa (Aspectos Orçamentários) (1ª Etapa)	CAUG/SEACO	SOF e SAD	03/08/2026 a 18/12/2026	60	Avaliar a exatidão e a completude das demonstrações financeiras e sua aderência a leis, regulamentos e padrões contábeis, bem como verificar a conformidade dos procedimentos e os elementos de conteúdo definidos pelo TCU em atos normativos da prestação de contas anuais, garantindo transparência e confiabilidade. Documentar os produtos dessa avaliação.	Assegurar a transparência e a responsabilidade na administração pública, bem como dar suporte às decisões de alocação de recursos, promover a defesa do patrimônio público e, sobretudo, informar aos cidadãos.

Item	Objeto	Unidade Responsável	Unidade Auditada	Período previsto para realização	PDA's planejados	Breve explicação do objeto	Resultados/Benefícios esperados com a ação
7	Prestação de Contas 2026 - Execução - Ciclo Patrimonial (1ª Etapa)	CAUG/SEACO	STJ	03/08/2026 a 18/12/2026	60	Avaliar a exatidão e a completude das demonstrações financeiras e sua aderência a leis, regulamentos e padrões contábeis, bem como verificar a conformidade dos procedimentos e os elementos de conteúdo definidos pelo TCU em atos normativos da prestação de contas anuais, garantindo transparência e confiabilidade. Documentar os produtos dessa avaliação.	Assegurar a transparência e a responsabilidade na administração pública, bem como dar suporte às decisões de alocação de recursos, promover a defesa do patrimônio público e, sobretudo, informar aos cidadãos.
8	Prestação de Contas 2026 - Execução - Ciclo Precatório (1ª Etapa)	CAUG/SEACO	STJ	03/08/2026 a 18/12/2026	60	Avaliar a exatidão e a completude das demonstrações financeiras e sua aderência a leis, regulamentos e padrões contábeis, bem como verificar a conformidade dos procedimentos e os elementos de conteúdo definidos pelo TCU em atos normativos da prestação de contas anuais, garantindo transparência e confiabilidade. Documentar os produtos dessa avaliação.	Assegurar a transparência e a responsabilidade na administração pública, bem como dar suporte às decisões de alocação de recursos, promover a defesa do patrimônio público e, sobretudo, informar aos cidadãos.
9	Prestação de Contas 2026 - Execução - Ciclo Gestão de Pessoal (aspectos orçamentários) (1ª Etapa)	CAUG/SEACO	SOF, SAD e SGP	03/08/2026 a 18/12/2026	60	Avaliar a exatidão e a completude das demonstrações financeiras e sua aderência a leis, regulamentos e padrões contábeis, bem como verificar a conformidade dos procedimentos e os elementos de conteúdo definidos pelo TCU em atos normativos da prestação de contas anuais, garantindo transparência e confiabilidade. Documentar os produtos dessa avaliação.	Assegurar a transparência e a responsabilidade na administração pública, bem como dar suporte às decisões de alocação de recursos, promover a defesa do patrimônio público e, sobretudo, informar aos cidadãos.
10	Prestação de Contas 2026 - Análise Checklist IN TCU 84/2020	CAUG/SEAUG	STJ	01/04/2026 a 15/04/2026	10	Avaliar a exatidão e a completude das demonstrações financeiras e sua aderência a leis, regulamentos e padrões contábeis, bem como verificar a conformidade dos procedimentos e os elementos de conteúdo definidos pelo TCU em atos normativos da prestação de contas anuais, garantindo transparência e confiabilidade. Documentar os produtos dessa avaliação.	Assegurar a transparência e a responsabilidade na administração pública, bem como dar suporte às decisões de alocação de recursos, promover a defesa do patrimônio público e, sobretudo, informar aos cidadãos.

Item	Objeto	Unidade Responsável	Unidade Auditada	Período previsto para realização	PDA's planejados	Breve explicação do objeto	Resultados/Benefícios esperados com a ação
11	Prestação de Contas 2026 - Planejamento Inicial	CAUG/SEAUG	STJ	01/07/2026 a 18/12/2026	12	Avaliar a exatidão e a completude das demonstrações financeiras e sua aderência a leis, regulamentos e padrões contábeis, bem como verificar a conformidade dos procedimentos e os elementos de conteúdo definidos pelo TCU em atos normativos da prestação de contas anuais, garantindo transparência e confiabilidade. Documentar os produtos dessa avaliação.	Assegurar a transparência e a responsabilidade na administração pública, bem como dar suporte às decisões de alocação de recursos, promover a defesa do patrimônio público e, sobretudo, informar aos cidadãos.
12	Prestação de Contas 2026 - Execução (1ª etapa)	CAUG/SEAUG	STJ	01/07/2026 a 31/07/2026	69	Avaliar a exatidão e a completude das demonstrações financeiras e sua aderência a leis, regulamentos e padrões contábeis, bem como verificar a conformidade dos procedimentos e os elementos de conteúdo definidos pelo TCU em atos normativos da prestação de contas anuais, garantindo transparência e confiabilidade. Documentar os produtos dessa avaliação.	Assegurar a transparência e a responsabilidade na administração pública, bem como dar suporte às decisões de alocação de recursos, promover a defesa do patrimônio público e, sobretudo, informar aos cidadãos.
13	Prestação de Contas 2026 - Organização dos Papéis de Trabalho (1ª Etapa)	CAUG/SEAUG	AUD	13/07/2026 a 18/12/2026	20	Avaliar a exatidão e a completude das demonstrações financeiras e sua aderência a leis, regulamentos e padrões contábeis, bem como verificar a conformidade dos procedimentos e os elementos de conteúdo definidos pelo TCU em atos normativos da prestação de contas anuais, garantindo transparência e confiabilidade. Documentar os produtos dessa avaliação.	Assegurar a transparência e a responsabilidade na administração pública, bem como dar suporte às decisões de alocação de recursos, promover a defesa do patrimônio público e, sobretudo, informar aos cidadãos.
14	Execução e Conclusão da Prestação de Contas - exercício 2025	CAUP/SADIP	SGP	07/01/2026 a 31/03/2026	12	Trata-se da auditoria nas contas anuais de 2025 a qual será concluída até 31/3/2026.	Assegurar a transparência e a responsabilidade nas contas relativas a despesas com pessoal.
15	Elaboração dos Papéis de Trabalho da Prestação de Contas - exercício 2026	CAUP/SADIP	SGP	01/08/2026 a 19/12/2026	37	Auditoria de contas referente ao exercício de 2026, com a elaboração dos papéis de trabalho e análise das divergências detectadas pelas trilhas de auditoria afetos à área de pessoal.	Assegurar a transparência e a responsabilidade nas contas relativas a despesas com pessoal.
16	Elaboração dos Papéis de Trabalho da Prestação de Contas - Exercício 2026	CAUT/SAETI	STI	01/07/2026 a 30/09/2026	30	Elaboração e/ou atualização dos papéis de trabalho.	Controle da aplicação dos recursos públicos, e, conseqüentemente, um aumento no grau de confiança das demonstrações por parte dos seus usuários.

Item	Objeto	Unidade Responsável	Unidade Auditada	Período previsto para realização	PDA's planejados	Breve explicação do objeto	Resultados/Benefícios esperados com a ação
17	Execução e Conclusão da Prestação de Contas - exercício 2025	CAUT/SAGTI	STI	07/01/2026 a 27/02/2026	30	Continuação da execução e conclusão da prestação de contas - exercício 2025.	Controle da aplicação dos recursos públicos e aumento no grau de confiança das demonstrações por parte dos usuários.
18	Planejamento e Execução da Auditoria de Contas - Exercício 2026	CAUT/SAGTI	STI	01/08/2026 a 31/03/2027	50	Execução de despesa nas contratações de TI no exercício de 2026.	Controle da aplicação dos recursos públicos e aumento no grau de confiança das demonstrações por parte dos usuários.
19	Elaboração e Publicação do Relatório de Auditoria das Contas - Exercício 2025	CAUT/SAGTI	STI	02/03/2026 a 31/03/2026	35	Auditoria financeira integrada com conformidade nas contas de 2024 do Superior Tribunal de Justiça - STJ, com o objetivo de expressar opinião sobre se as demonstrações contábeis, financeiras e orçamentárias do Tribunal estão livres de distorção relevante. Controle da aplicação dos recursos públicos, e, conseqüentemente, um aumento no grau de confiança das demonstrações por parte dos seus usuários.	Controle da aplicação dos recursos públicos, e, conseqüentemente, um aumento no grau de confiança das demonstrações por parte dos seus usuários.

C Análises Mandatórias

Item	Objeto	Unidade Responsável	Unidade Auditada	Período previsto para realização	PDA's planejados	Breve explicação do objeto	Resultados/Benefícios esperados com a ação
1	Conferência do Relatório de Gestão Fiscal - 3º Quadrimestre 2025	CAUG/SEACO	SOF	15/01/2026 a 23/01/2026	10	Avaliar a conformidade do RGF.	Assegurar a transparência e a responsabilidade na administração pública, promover a defesa do patrimônio público e, sobretudo, informar aos cidadãos.
2	Conferência do Relatório de Gestão Fiscal - 1º Quadrimestre 2026	CAUG/SEACO	SOF	15/05/2026 a 22/05/2026	10	Avaliar a conformidade do RGF.	Assegurar a transparência e a responsabilidade na administração pública, promover a defesa do patrimônio público e, sobretudo, informar aos cidadãos.
3	Conferência do Relatório de Gestão Fiscal - 2º Quadrimestre 2026	CAUG/SEACO	SOF	15/09/2026 a 25/09/2026	10	Avaliar a conformidade do RGF.	Assegurar a transparência e a responsabilidade na administração pública, promover a defesa do patrimônio público e, sobretudo, informar aos cidadãos.
4	Conferência do Relatório de Gestão Fiscal	CAUP/SADEP	SGP	07/01/2026 a 05/02/2027	60	Avaliar a conformidade do RGF em relação às "Despesas com Pessoal não Executadas".	Publicação do Relatório de Gestão Fiscal com valores corretos em termos de "Despesas com Pessoal não Executadas".

Item	Objeto	Unidade Responsável	Unidade Auditada	Período previsto para realização	PDA's planejados	Breve explicação do objeto	Resultados/Benefícios esperados com a ação
5	Análise dos atos sujeitos a registro no TCU e seus respectivos processos administrativos e Benefício Especial	CAUP/SADIP	SGP	07/01/2026 a 19/12/2026	160	Emitir parecer sobre a legalidade dos atos de admissão e de concessão de aposentadoria e pensão por morte, bem como encaminhar essas informações ao Tribunal de Contas da União para fins de apreciação e registro. Dentre as análises previstas nos atos de pessoal, consta a ratificação dos valores concedidos a título de Benefício Especial, que são assegurados a servidores que optaram por migrar para o regime de previdência complementar.	Assegurar que as informações contidas nos atos de pessoal estejam corretas quando forem encaminhadas ao Tribunal de Contas da União.

D Monitoramentos

Item	Objeto	Unidade Responsável	Unidade Auditada	Período previsto para realização	PDA's planejados	Breve explicação do objeto	Resultados/Benefícios esperados com a ação
1	Gestão de Pagamento a Fornecedores	CAUC/SADEC	SAD e SOF	01/12/2026 a 11/12/2026	2	Recebimento, conferência, atesto, liquidação e pagamento aos fornecedores de bens e serviços para o STJ.	Fornecer asseguração quanto à observância da legislação pertinente e adequação dos procedimentos de pagamento a fornecedores do STJ.
2	Governança e Gestão de Aquisições no STJ	CAUC/SALIC	SAD	03/11/2026 A 03/12/2026	21	Avaliar, com base em riscos, se as estruturas e os processos de governança e gestão de aquisições do Superior Tribunal de Justiça (STJ) existem e estão em efetivo funcionamento e em conformidade com os normativos e as boas práticas que regulamentam a temática apresentada.	Verificar se a política de Governança das Contratações no STJ em conformidade com a Resolução CNJ 347/2020.
3	Processo de Gestão de Riscos nas Contratações e Aquisições do Superior Tribunal de Justiça - STJ	CAUC/SALIC		01/11/2026 a 30/11/2026	21	Avaliar se a gestão de riscos nas contratações e aquisições está implementada de forma estruturada, assegurando a identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos, em conformidade com os normativos aplicáveis, com vistas à prevenção de falhas e à promoção da eficiência e economicidade no STJ.	Espera-se que a Administração mantenha e amplie os esforços voltados à formação dos servidores, estabelecendo cronogramas regulares de treinamentos obrigatórios, promovendo a integração entre unidades e assegurando que os instrumentos de gestão reflitam a realidade operacional e estejam alinhados às boas práticas e diretrizes normativas vigentes.
4	Procedimentos e Controles do Pró-Ser	CAUG/SEACO	GDG, SIS, SAD, SOF e AUD	01/09/2026 a 30/09/2026	11	Auditoria integrada para analisar a conformidade do pagamentos e procedimentos que envolvem as despesas com o ProSer.	Agregar valor e transparência para o STJ bem como auxiliar na auditoria de contas de 2024.

Item	Objeto	Unidade Responsável	Unidade Auditada	Período previsto para realização	PDAs planejados	Breve explicação do objeto	Resultados/Benefícios esperados com a ação
5	Procedimentos e Controles do Pró-Ser	CAUG/SEAUG	GDG, SAD, SIS, SOF e AUD	01/09/2026 a 30/09/2026	11	Auditoria integrada para analisar a conformidade do pagamentos e procedimentos que envolvem as despesas com o ProSer.	Agregar valor e transparência para o STJ bem como auxiliar na auditoria de contas de 2024.
6	Combate a Incêndios e Continuidade de Negócios	CAUG/SEAUG	GDG, SSE, CSEG, SCO, SEBRI, SAD, CEAR, CEFOR, ACI	03/11/2026 a 30/11/2026	11	Avaliar a conformidade dos atos e procedimentos relacionados à prevenção e ao combate a incêndios e à respectiva continuidade de negócios, mediante sinistro, no STJ.	Assegurar a transparência e a responsabilidade na administração, dar suporte às decisões e promover a defesa do patrimônio do STJ (pessoas e bens).
7	Pagamento de Precatórios e RPVs	CAUG/SEAUG	GDG, GSP, SOF, STI, e AUD	04/05/2026 a 29/05/2026	11	Analisar a conformidade da gestão e dos pagamentos de precatórios e RPVs no STJ.	Assegurar a transparência e a responsabilidade na administração, bem como dar suporte às decisões, promover a defesa do patrimônio público e, sobretudo, informar aos cidadãos.
8	Análise de monitoramentos fora do prazo com resposta recente da Administração	CAUG/SEAUG	STJ	01/04/2026 a 30/04/2026	11	Avaliar o atendimento da conformidade dos atos e procedimentos.	Assegurar a transparência e a responsabilidade na administração.
9	Ação Coordenada 2025: Gestão e Destinação de Valores e Bens oriundos de prestações pecuniárias, da pena de multa, perda de bens e valores	CAUG/SEAUG	STJ	03/08/2026 a 31/08/2026	11	Avaliar a aderência às diretrizes legais e normativas que orientam a gestão, o controle e a destinação dos aludidos recursos, aplicando as ferramentas metodológicas apropriadas para aferir as práticas atuais, bem como orientar intervenções que garantam a publicidade e a transparência dos atos.	Assegurar a publicidade e transparência na Gestão e Destinação de Valores e Bens oriundos de prestações pecuniárias, da pena de multa, perda de bens e valores.
10	Ação Coordenada de Auditoria de 2023 (CNJ) - Política contra o assédio e a discriminação no Poder Judiciário	CAUP/SADEP	GDG, CEFOR, OUV, SGP, AEC, SAD	19/01/2026 a 30/06/2026	12	Examinar a conformidade das normas e dos processos que compõem o Sistema de Prevenção e Combate do Assédio e da Discriminação instituído pelo Superior Tribunal de Justiça – STJ nos termos da Resolução CNJ n. 351 de 28 de outubro de 2020.	Propiciar um ambiente de trabalho digno, seguro, e saudável para todo o corpo funcional do STJ; Minimizar e/ou eliminar situações de riscos de assédio no ambiente organizacional; Fortalecer a imagem do STJ a boas praticas no enfrentamento ao assédio e à discriminação.
11	Aposentadorias e Pensões sem paridade	CAUP/SADEP	SGP	12/01/2026 a 30/06/2026	12	Avaliar os procedimentos adotados pela Administração no reajuste das aposentadorias e das pensões concedidas sem paridade no STJ.	Garantir que os reajustes de aposentadorias e de pensões sem paridade foram realizados em conformidade com os normativos.

Item	Objeto	Unidade Responsável	Unidade Auditada	Período previsto para realização	PDAs planejados	Breve explicação do objeto	Resultados/Benefícios esperados com a ação
12	Ação Coordenada Monitoramento da avaliação da aderência do Superior Tribunal de Justiça à Política e Incentivo à Participação Institucional Feminina	CAUP/SADEP	SGP, GDG, GSP, AGE e CEFOR	01/07/2026 a 19/12/2026	22	Monitoramento da avaliação da aderência do Superior Tribunal de Justiça à Política e Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário, com aplicação das ferramentas metodológicas apropriadas para aferir a existência de ambiente interno de incentivo às práticas previstas na Política e no Modelo de Inclusão da Diversidade e Equidade (IDE).	Identificar e corrigir desigualdades e práticas discriminatórias; Aprimorar políticas, metodologias e procedimentos de diversidade e equidade; E promover uma cultura organizacional mais inclusiva.
13	Procedimentos relativos a reajuste de aposentadoria e de pensões sem paridade no STJ	CAUP/SADIP	SGP	07/01/2026 a 30/06/2026	12	Avaliar os procedimentos adotados pela Administração no reajuste das aposentadorias e das pensões concedidas sem paridade no STJ.	Garantir que os reajustes de aposentadorias e de pensões sem paridade foram realizados em conformidade com os normativos
14	Auditoria Operacional de Segurança Cibernética	CAUT/SAETI	STI	09/06/2026 a 30/07/2026	60	Avaliar a efetividade dos controles internos de Segurança da Informação e Segurança cibernética praticados no Tribunal observando os controles Inventário e Gestão de Ativos Corporativos, Gestão de Ativos de Software e Gestão de vulnerabilidades, previstos no framework CIS Controls, bem como as diretrizes estabelecidas, para a Segurança da Informação, no âmbito do Judiciário, contidas na Resolução CNJ n. 396/21.	Agregar valor ao Tribunal promovendo um ambiente mais seguro, eficiente e confiável, por meio do fortalecimento da capacidade do Tribunal de proteger suas informações, bem como cumprir a missão institucional.
15	Auditoria de Proteção e Privacidade de Dados Pessoais	CAUT/SAETI	STI	07/07/2026 a 29/08/2026	60	Avaliar os normativos e controles relacionados à segurança da informação e gestão de dados com ênfase em governança de privacidade.	Aprimoramento dos controles de segurança da informação e de proteção de dados pessoais, com vistas à conformidade com a LGPD, considerando as funções de governança e gestão do STJ.

E Consultorias

Item	Objeto	Unidade Responsável	Unidade Auditada	Período previsto para realização	PDA's planejados	Breve explicação do objeto	Resultados/Benefícios esperados com a ação
1	Gestão de Contratos	CAUC/SADEC	SAD	03/08/2026 a 30/11/2026	40	A gestão de contrato compreende o gerenciamento das atividades relacionadas à execução do contrato e à fiscalização técnica e administrativa, bem como dos atos necessários à formalização do contrato, da prorrogação, repactuação, reequilíbrio econômico-financeiro, alteração, acréscimo, supressão, pagamento, aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros.	Padronizar a atuação das equipes de gestão de contratos; mitigar riscos de inexecução, execução parcial e inconformidades em geral.
2	Atualização do normativo interno e outros artefatos sobre retenções de provisões para encargos trabalhistas e previdenciários nas contratações administrativas com dedicação exclusiva de mão de obra, com base na resolução CNJ n. 651/2025	CAUC/SALIC		07/01/2026 a 31/07/2026	100	Auxiliar a SAD na análise dos efeitos da nova regulamentação, em decorrência da normatização instituída por meio da Resolução CNJ nº 651/2025, com vistas à promoção da conformidade legal, da segurança jurídica e da efetividade dos atos administrativos, na atualização da Instrução Normativa STJ/GDG nº 14/2020 e das documentações correlatas.	A colaboração da AUD permitirá identificar eventuais lacunas, ambiguidades ou riscos no texto normativo, promovendo ajustes que assegurem maior aderência à legislação vigente.
3	Facilitação em Aquisições e Contratações	CAUC/SALIC		07/01/2026 a 20/12/2026	5	Ajudar a administração em pesquisas sobre os temas relacionados ao planejamento das contratações e aquisições.	Agregar valor a Administração.
4	Tratamento de Dados das Ações Educacionais do STJ	CAUP/SADEP	CEFOP	19/01/2026 a 30/06/2026	180	Auxiliar o CEFOP no tratamento de dados coletados nas ações educacionais.	Melhoria da governança de dados e da tomada de decisão; Promoção da transparência ativa; Fortalecimento dos controles internos.
5	Contribuição Mensal e o Custeio do Programa de Assistência aos Servidores do STJ	CAUP/SADEP	SIS	19/01/2026 a 30/06/2026	5	Avaliar a implementação das recomendações emitidas no Relatório de Auditoria n. 7/2022.	Corrigir inconformidades mapeadas no pagamento da contribuição mensal e custeio do Pró-Ser; Implementar melhorias identificadas no processo de trabalho concernente.
6	Facilitação em Gestão de Pessoas	CAUP/SADIP	SGP	07/01/2026 a 19/12/2026	10	Orientar a Secretaria de Gestão de Pessoas referentes aos processos de trabalhos afetos à área de pessoal	Agregar valor para Administração.

Item	Objeto	Unidade Responsável	Unidade Auditada	Período previsto para realização	PDA's planejados	Breve explicação do objeto	Resultados/Benefícios esperados com a ação
7	Facilitação em Gestão de TI	CAUT/SAETI	STI	27/04/2026 a 25/05/2026	60	Avaliar como a governança e a gestão de TI estão contribuindo, para alcançar os objetivos estratégicos e táticos do Tribunal, medindo sua eficiência e eficácia e apontando oportunidades de melhoria.	Agregar valor ao Tribunal, por meio de aconselhamentos com o objetivo de aprimorar os processos e controles de TI.
8	Processos Licitatórios de TI	CAUT/SAGTI	STI	01/04/2026 a 15/06/2026	95	Avaliar como a governança de TI está contribuindo para alcançar os objetivos estratégicos e examinar os controles internos relacionados ao planejamento e especificação dos contratos de TI.	Agregar valor ao tribunal, melhorando controles e reduzindo riscos dos processos licitatórios de TI.

Anexo II Plano de Gestão – 2026

PRODUTO	AÇÃO	KPA	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PERÍODO PREVISTO	
1	Execução do Manual de Seleção dos Objetos de Auditoria com base em riscos	AE - Revisar o Universo de Auditoria	3.6	5	CAUC	02/02/26 a 30/09/26
		AE - Classificar os objetos de auditoria com base em riscos	3.6	5	Coordenadorias	02/02/26 a 30/09/26
2	Execução do Programa de Valorização do Servidor da AUD – PIVAUD	Executar as diretrizes estabelecidas no PIVAUD	3.4	2, 4, 5 e 7	Gabinete	07/01/26 a 30/06/26
		AE - Elaborar processo de ambientação do servidor que ingressa na AUD	2.2	2	Gabinete	07/01/26 a 30/04/26
3	Execução da Política de Capacitação	AE - Estabelecer, em conjunto com o CEFOR, uma trilha de aprendizagem do auditor	2.2	3	Gabinete	07/01/26 a 30/06/26
		Atualizar levantamento dos principais fornecedores e cursos e verificar se necessita de atualização.	2.3	3	Gabinete	07/01/26 a 30/06/26
4	Execução da Política de Comunicação	AE - Unificar a forma de comunicar às unidades sobre auditorias/monitoramentos a serem realizados	2.8	7	Gabinete	07/01/26 a 30/06/26
		AE - Elaborar orientações para aprimorar os Relatórios de Auditorias emitidos	2.8	7	Gabinete	07/01/26 a 30/06/26
		Disseminar as informações contidas no PAQMAI para assegurar a qualidade dos trabalhos individuais de auditoria	2.5	8		
		Disseminar o Padrão de avaliação de riscos e controles internos (prática/orientação sobre o levantamento da estrutura de controle).	2.1	3,5		
		Aperfeiçoar os canais de comunicação formais e informais existentes na AUD, de forma a fomentar os relacionamentos e encorajar a comunicação contínua dentro da AI	2.8	7		
		Disseminar as atribuições constantes no Manual de Organização do STJ	2.2	2		
		Disseminar as informações contidas no Plano Diretor, para internalização da visão e da estratégia geral da Auditoria Interna	2.6	2	Gabinete	07/01/26 a 15/12/26
		Disseminar as Normas para atividade de Auditoria Interna junto aos auditores	2.9	2		
Disseminar o Código de Conduta Ética dos Auditores Internos.	2.9	2				
Disseminar o Estatuto de Auditoria junto aos auditores	2.9	1				
Disseminar o Manual de Auditoria	2.2	3 e 4				
Disseminar o Mapeamento de Atribuições por Produtos - Map na AUD. (Mapa de Competências)	2.2	2				

PRODUTO	AÇÃO	KPA	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PERÍODO PREVISTO	
4	Execução da Política de Comunicação	Disseminar o método de avaliação do universo de auditoria	2.4	4	Gabinete	07/01/26 a 15/12/26
		Disseminar o padrão que trata sobre a elaboração do programa de auditoria	2.5	4		
		Disseminar os preceitos do Estatuto de Auditoria junto aos auditores	2.5	2		
		Disseminar para cada coordenadoria/seção a visão, a estratégia e os resultados esperados dispostos no Plano Diretor da AUD;	2.6	2		
		Divulgar a Missão, visão, Negócio e Fatores críticos a todos os servidores da AUD.	2.9	4 e 5		
		Divulgar para a Alta Administração o negócio e a missão da AUD de forma a sensibilizá-la quanto a importância da unidade no atingimento dos objetivos institucionais do Tribunal.	2.9	4 e 5		
		Divulgar, para os servidores do STJ e Ministros, a AUD e os seus trabalhos.	2.9	4 e 5		
		Divulgar, para toda a organização, o propósito, a autoridade e a responsabilidade da atividade de AI.	2.9	4 e 5		
		Implementar rotina de divulgação contínua dos canais de comunicação existentes na AUD.	2.8	7		
		Divulgar o Programa de avaliação de controles internos.	2.1	3.4		
		Comunicar internamente a importância da participação de associações profissionais	2.3	4		
		Comunicar o caráter obrigatório da Definição de Auditoria Interna, do Código de Ética e das Normas no Regulamento Interno da auditoria.	2.5	2		
		Realizar pesquisa sobre a percepção dos auditores quanto à adequação dos recursos e orçamento colocados ao dispor da AUD.	2.7	2		
		Realizar pesquisa sobre o conhecimento do Estatuto de Auditoria Interna.	2.9	2		
		Implementar e utilizar banco de lições aprendidas para divulgar documentos e produtos relacionados aos trabalhos elaborados pelas coordenadorias.	3.5	2		
		Divulgar por meio do AUD Informa os resultados das unidades por meio dos sumários executivos.	3.5	2		
		Publicar matérias na página da AUD sobre os relatórios de auditoria que saírem para publicação interna	3.5	2		
Identificar fornecedores internos e externos de serviços de avaliação e consultoria e estabelecer o processo de compartilhamento de informações.	3.12	4 e 5				
Divulgação interna e periódica dos padrões comportamentais desejados dos auditores.	3.5	3				

Anexo III Plano de Capacitação e Desenvolvimento da AUD – PACauD 2026

AÇÕES CONTEMPLADAS NO PACAUD 2026			
UNIDADE	AÇÃO	Nº DE VAGAS	MÊS PREVISTO PARA REALIZAÇÃO
CAUC	Planilha de Custos e Formação de preços	3	Agosto
CAUG	Curso para Excel - Modo Avançado	6	Julho
CAUP	LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados	7	Abril
CAUT	CompTIA Security	9	Março

AÇÕES EXTERNAS 2026			
UNIDADE	AÇÃO	Nº DE VAGAS	MÊS PREVISTO PARA REALIZAÇÃO
CAUC	Reforma tributária aplicada às contratações públicas	2	Abril
CAUC	Estatística básica	2	Setembro
CAUC	Conta vinculada (Planejamento e gestão da conta vinculada)	3	março
CAUC	Contratações diretas : Dispensa e Inexigibilidade na nova Lei de Licitações	3	julho
CAUG	Data Analytics - IIA Brasil	7	Maio
CAUG	Auditoria Contábil Financeira no Setor Público - ONE Cursos	3	Abril

CAUG	Auditoria 4.0 - IIA Brasil	7	Junho
CAUG	Trilhas de Auditoria e Fiscalização na Folha de Pagamento no Serviço Público - ONE Cursos	7	Setembro
CAUP	Auditor Líder (ISO 9001, 14001, SGI, ESG)	7	Outubro
CAUP	Seminário de Governança em Gestão de Pessoas para Administração Pública	2	Agosto
CAUP	Masterclass Benefícios Previdenciários	3	Agosto
CAUP	Liderança e Inovação	7	Junho
CAUT	IT Disaster Recovery Analyst	7	Maio
CAUT	CISA Certified Information Systems Auditor	7	Outubro
CAUT	Governança em IA	6	Agosto
CAUT	FINOPS Foundation	6	Abril



STJ

| Secretaria de
Auditoria Interna



STJ

Secretaria de
Auditoria Interna